TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AUDITORIA

PARECER	:	**PAR-AUDITORIA-3648/2014**
PROCESSO TC/MS	:	**TC/6174/2013**
PROTOCOLO	:	**1413986**
ÓRGÃO	:	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TACURU - MS**
RESPONSÁVEL	:	**CLAUDIO DA ROCHA BARCELLOS**
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	**PREFEITO**
ASSUNTO DO PROCESSO	:	**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DE 2012**
RELATORA	:	**MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO**

I – PREÂMBULO

1 – O processo em questão autuado neste Tribunal de Contas – **e.TCE** sob o nº TC/6174/2012, trata da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TACURU – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2012**, de responsabilidade do então Prefeito Municipal, **CLAUDIO DA ROCHA BARCELLOS**, remetida a este Tribunal para julgamento de conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02.01.2012, cuja formatação processual se deu na forma da Instrução Normativa nº 35, de 14.12.2011, que aprovou o Manual de Remessa de Informações.

2 – O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o disposto no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012.

3 – Examinados os autos do processo verifica-se que a digna Inspetoria de Controle Externo constatou na fase inicial de instrução processual **IMPROPRIEDADES** e **IRREGULARIDADES**, as quais foram notificadas ao então Prefeito Municipal e ao atual em cumprimento do princípio do contraditório e ampla defesa, que dispõe o **inciso LV** do **art. 5º** da Constituição Federal de 1988, por meio do **TERMO DE INTIMAÇÃO INT – 1856/2013** e o **TERMO DE INTIMAÇÃO INT – 1857/2013** acostados às peças nº 17 e 18, oportunidade em que ambos deixaram o prazo transcorrer em branco sem apresentar nenhuma justificativa e documentos capaz de sanar os fatos diligenciados, razão pela qual foi decreta suas respectivas revelias por meio do **DECRETO DE REVELIA** acostado à peça nº 24.

4 – Em face do exposto, a digna Inspetoria de Controle Externo exarou a **ANÁLISE ANA-6ICE-1583/2014** acostada à peça nº 25, oportunidade em que ratificou, no todo, as **IMPROPRIEDADES** e as **IRREGULARIDADES** diligenciadas transcritas, a seguir:

> *"**1.2 –** Lei de criação do Fundo Municipal de Investimento Social;*

1.3 – *Cadastro dos responsáveis (inclusive do contador e controlador interno), conforme Sub anexo, item 02;*

1.4 – *Parecer Técnico Conclusivo emitido pela unidade de controle interno sobre as contas, item 03;*

1.5 – *Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas anuais e sobre o parecer do controle interno, item 04;*

1.6 – *Cópia do Parecer emitido pelo Conselho Municipal assinado por todos os membros, sobre as Contas do exercício, bem como o ato legal que nomeou seus membros, se houver, na forma estabelecida em Lei, item 23."*

5 – E, por fim, a predita Inspetoria de Controle Externo, em conclusão, se manifestou derradeiramente acerca destas Contas Anuais de Gestão na forma transcrita, a seguir:

> *"[...] somos de opinião que a Prestação de Contas de Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de Tacuru/MS, sob a responsabilidade do Sr. Cláudio da Rocha Barcelos,* ***não oferece condições à sua aprovação*** *nesta Corte de Contas [...]"*

É o relatório.

II – EXAME DE AUDITORIA

6 – Antes de adentrar no mérito do exame da avaliação destas Contas Anuais de Gestão é necessário considerar neste Parecer, as **IMPROPRIEDADES** e **IRREGULARIDADES** trazidas à baila pela emérita Inspetoria de Controle Externo transcritas preambularmente no **item 4**, que em sua opinião são consideradas motivos para **não aprovação** destas contas, todavia, esta Auditoria as **ressalva** com fundamento no **inciso II** do **art. 59** da LCE nº 160, de 02.01.2012, por entender que as mesmas são de natureza formal e não prejudicam o exame dos demonstrativos e anexos que instruem os autos do processo, e que não resultam em dano ao erário ou prejuízo

concretização do interesse público, portanto não são suficientes para descaracterizar a consistência dos resultados gerais desta Prestação de Contas Anuais de Gestão frente a vigente ordem e legal, em que pese a revelia neste processo do então Prefeito Municipal e do atual Prefeito decretada por meio do **DECRETO DE REVELIA** acostado a peça nº 24.

7 – Prosseguindo o exame destas Contas Anuais de Gestão, na forma da vigente ordem constitucional, legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública ficou constatado na sua avaliação o seguinte:

7.1 – <u>DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 14.12.2011</u>

7.1.1 – Cumprimento do disposto na **Letra "A"** do **Subitem 2.1** do **Item 2** da **Seção II** do **Anexo I**, por ter remetido, **TEMPESTIVAMENTE**, a este Tribunal de Contas estas Contas Anuais de Gestão, conforme constatado no Recibo de Protocolo Definitivo acostado à peça nº 1.

7.1.2 – Não cumprimento da **letra "B"** do **subitem 2.1** do **item 2** da **Seção II**, do **Anexo I,** por apresentar estas Contas Anuais de Gestão em pauta, não instruídas na forma do Manual de Remessa de Informações, conforme visto preambularmente no **item 4**, todavia esta Auditoria **ressalva** tal fato pelas razões expostas no **item 6**.

7.2 – DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE 04.05.2000 – LRF

7.2.1 – Cumprimento do ***caput*** do **art. 48** da LCF nº 101/2000 – LRF, por dar **transparência** e **publicidade** destas Contas Anuais de Gestão, mediante as publicações dos Balanços exigidos, conforme visto à acostada peça nº 3.

7.3 – DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17.03.1964, PORTARIA Nº 42, DE 04.04.1999 DO MPOG E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 04.05.2001 DO MF E MPOG

7.3.1 – DO ORÇAMENTO

7.3.1.1 – A Lei Municipal nº 937, de 07.12.2011 - LOA autorizou para o Fundo **créditos orçamentários** na ordem de **R$ 510.000,00**, conforme visto na **ANÁLISE ANA-6ICE-1583/2014** acostada à peça nº 25.

7.3.2 – DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

7.3.2.1 – Cumprimento do **art. 42** e dos **incisos I** a **III** do **§ 1º** do **art. 43**, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por proceder à abertura dos **créditos adicionais** no montante de **R$ 60.000,00** de acordo com as citadas disposições legais, alterando o Orçamento do Fundo para **R$ 570.000,00**, conforme visto no Anexo 12 – Balanço Orçamentário e Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado às peças nº 4 e10.

7.3.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

7.3.4.1 – Cumprimento do disposto nos **§§ 1º, 2º** e **4º** do **art. 11**da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar a **classificação econômica da receita orçamentária** de conformidade com as citadas normas legais, conforme visto no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada acostado à peça nº 9, o qual evidencia receita orçada de **R$ 277.000,00** e arrecadada na ordem de **R$ 281.427,83**.

7.3.5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

7.3.5.1 – Cumprimento do disposto no **art. 12** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, bem como da Portaria nº 42, de 04.04.1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar a fixação e realização da despesa orçamentária por **categorias econômicas** e por **classificação funcional**, conforme constatado no Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 10, o qual demonstra despesa autorizada de **R$ 570.000,00** e empenhada na ordem de **R$ 439.688,22**.

7.3.6 – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.3.6.1 – Cumprimento dos **arts. 102** a **105** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por elaborar o Anexo 12 - Balanço Orçamentário acostado à peça nº 4; o Anexo 13 - Balanço Financeiro acostado à peça nº 5; o Anexo 14 - Balanço Patrimonial acostado à peça nº 6 e o Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça 7, de acordo com as citadas disposições legais, pois conforme a extensão do exame, **NADA FOI ENCONTRADO DE IRREGULAR**, na consistência dos seus respectivos registros

contábeis, cujos resultados apurados são os constantes nas tabelas, a seguir:

SEGUE TABELA NA PRÓXIMA LAUDA

TABELA 1

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Disponibilidade Financeira do Exercício Anterior.	138.360,57	100,00
2- Receita Arrecadada.	281.427,83	100,00
3 - Transferências Financeiras Recebidas.	73.500,00	100,00
4 - Recursos Orçamentários / Financeiros.	**493.288,40**	**100,00**
5 - Despesa Empenhada. → R$ = 100% → % = (5 / 4)	439.688,22	89,13
6 - Superavit (Deficit) Orçamentário / Financeiro. → R$ = (4 - 5) → % = (6 / 4)	**53.600,18**	**10,87**
Resultado do Exame. → Regular → 6 = (5 ≥ 4)	Regular	

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro e Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior acostados às peças nº 5 e 12.

TABELA 2

RESULTADO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Variações Ativas.	370.573,83	100,00
2 - Variações Passivas. → R$ = 100% → % = (2 / 1)	455.334,22	122,87
3 - Superavit (Deficit) Patrimonial. → R$ = (1 – 2) → % = (3 / 1)	**(84.760,39)**	**(22,87)**
Resultado do Exame. → Regular 3 = (2 ≥ 1)	Regular	

Fonte: Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 7.

TABELA 3

RESULTADO ATIVO REAL LÍQUIDO / PASSIVO REAL A DESCOBERTO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Ativo Real Líquido (Passivo Real Descoberto) do Exercício Anterior.	138.360,57	100,00
2 - Superavit (Deficit) Patrimonial do Exercício.	84.760,39	100,00
3 - Ativo Real Líquido (Passivo Real Descoberto) do Exercício. → R$ = (± 1 ± 2) → % = 100%	**53.600,18**	**100,00**
Resultado do Exame. → Regular = (1 ± 2 = BP) → Irregular = (1 ± 2 ≠ BP)	Regular	

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostados às peças nº 6, 7 e 12.

7.4 – DA AVALIAÇÃO DOS MANDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

7.4.1 – Cumprimento do disposto no **§ 3º** do **art. 164**, por ter depositado as disponibilidades de caixa do Fundo em **instituições financeiras oficiais**, conforme visto nos Extratos Bancários acostados à peça nº 14.

É o exame.

III – CONCLUSÃO

8 – Diante do exposto neste **Parecer** e considerando tudo que consta dos autos do processo constata-se que a Prestação de Contas Anuais de Gestão em tela, foi elaborada com **ressalva** frente a vigente ordem constitucional e legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública, em razão dos fatos expostos no **item 6** e **subitem 7.1.2** do **item 7** na **PARTE II EXAME DE AUDITORIA.**

8.1 – Posto isto, esta Auditoria, com base no disposto no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012, conclusivamente, **opina**:

8.2 – Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso II** do **art. 59** ambos da LCE nº 160, de 02.01.2012, julgue e considere **REGULAR COM RESSALVA** a **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TACURU – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2012**, de responsabilidade do então Prefeito Municipal, **CLAUDIO DA ROCHA BARCELLOS.**

9 – AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE, esta será obtida mediante o controle externo por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012.

10 – O Parecer ora exarado foi fundamentado no exame da **Prestação de Contas Anuais de Gestão**

composta de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, assim, portanto, **ressalvadas** quaisquer **impropriedades** e **irregularidades** porventura encontradas por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012.

É o parecer.

Campo Grande, 24 de abril de 2014.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO

AUDITOR TCE/MS

magl